

Entrevista com o Professor Dermeval Saviani*

Maria de Fátima Barbosa Abdalla

Coordenadoria de Pós-Graduação Stricto Sensu e Pesquisa,
Universidade Católica de Santos (UNISANTOS), R. Carvalho Mendonça, 241, Vila Mathias,
CEP 05508-900, Santos, SP, Brasil,
e-mail: mfabdalla@uol.com.br

* * *

Maria de Fátima Barbosa Abdalla: Prof. Dermeval Saviani, qual o significado da Conferência Nacional de Educação/CONAE 2010, quando se discute a Educação neste país?

Professor Dermeval Saviani: A realização de uma Conferência Nacional de Educação tendo como tema central a questão da construção de um sistema nacional de educação, por iniciativa do MEC, é importante porque sinaliza o reconhecimento da relevância desse tema por parte da instância governamental que, reiteradamente, negligenciou ou até mesmo se opôs à organização da educação brasileira na forma de um sistema nacional. Dessa forma as oportunidades anteriores que tivemos, com a aprovação das duas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foram perdidas. Agora abre-se uma nova possibilidade. Oxalá não se perca mais essa oportunidade.

MFBA: Qual a importância das conferências nos estados e municípios?

PDS: O MEC arquitetou um esquema que não deixa de ser racional. Projetada a Conferência Nacional para 2010, programou-se uma fase de preparação representada pelas conferências municipais ou regionais no primeiro semestre de 2009, seguidas das conferências estaduais no segundo semestre desse mesmo ano para culminar com a realização da CONAE no primeiro semestre de 2010. A expectativa seria, então, que todo o país fosse mobilizado nessa fase preparatória com uma ampla discussão

a partir do documento produzido pela área técnica do MEC, o que permitiria que chegássemos à Conferência Nacional com plenas condições de aprovar uma proposta consistente de organização do sistema nacional de educação. No entanto, o que estamos observando é que essa expectativa não está se realizando. Além do cronograma apertado, o tema não vem empolgando a nação. A mídia não está dando divulgação, haja vista que a cerimônia de lançamento da CONAE, realizada em Brasília em 23 de abril deste ano, não mereceu nenhum destaque nos meios de comunicação. Pelo que pude perceber as conferências municipais e estaduais vêm sendo realizadas com muitas dificuldades, não se delineando a perspectiva de uma discussão minimamente consistente sobre a temática da CONAE. Assim, corremos o risco de que a CONAE simplesmente reitere o que está contido no documento de referência, abrindo-se uma dupla possibilidade de conclusão: 1. O documento é aprovado, mas a construção do sistema nacional de educação permanece como uma carta de intenções, cuja implantação é postergada para os futuros governos; 2. Tomam-se medidas legais formalizando a implantação do sistema o que, entretanto, não passará de uma medida burocrática com pequeno influxo no desenvolvimento real da educação brasileira. Claro que devemos procurar, por todos os meios, evitar que essas duas possibilidades, igualmente frustrantes, configurem a única alternativa da CONAE. De minha parte, considerando a importância dessa questão, aceitei participar da CONAE e lá estarei procurando contribuir para evitar o risco apontado.

* Entrevista realizada em 30/09/09.

MFBA: O que precisa mudar no PNE vigente? Quais são seus principais problemas?

PDS: De fato, além do Sistema Nacional de Educação, o MEC incluiu na programação da CONAE a questão do Plano Nacional de Educação. Penso que essa decisão se deveu a dois motivos. O primeiro é de ordem prática e conjuntural, ligada ao cronograma político, uma vez que o prazo de vigência do atual PNE se encerra em 9 de janeiro de 2011. Assim, é preciso que, em 2010, seja encaminhado ao Congresso Nacional o projeto do novo PNE para vigorar, por dez anos, a partir de janeiro de 2011. O segundo motivo é de caráter substantivo e diz respeito à ligação lógica entre o sistema nacional de educação e o plano nacional de educação. Com efeito, o sistema, porque implica em intencionalidade, supõe uma ação planejada. Segue-se, pois, que o sistema educacional se constitui como um conjunto de elementos intencionalmente reunidos e articulados que devem ser mobilizados praticamente tendo em vista a realização dos objetivos e metas da educação nacional. Implica, portanto, o Plano Nacional de Educação que, a partir do diagnóstico das condições de funcionamento do sistema, estabelece os objetivos e metas assim como os meios para atingi-los. Na formulação do novo PNE penso que é preciso mudar sua própria concepção no que se refere à definição das metas. O plano atual adotou a sistemática de enunciar as metas de forma detalhada e dispô-las gradualmente ao longo dos dez anos de vigência. A profusão dos objetivos e metas, que atinge um total de 295, dificulta o acompanhamento e controle por parte da sociedade, o que é agravado pelo fracionamento das metas a serem atingidas ano a ano. Se essa técnica de formulação do plano o torna inócuo, no caso do PNE atual os vetos à ampliação de recursos o reduziram a mera carta de intenções. Penso que seria necessário concentrar o foco em aspectos substantivos da educação traduzidos em umas poucas metas fundamentais a serem cumpridas integralmente em prazos razoáveis.

MFBA: Quais devem ser as principais metas para traçar um novo rumo para a educação brasileira?

PDS: Entendo que as principais metas devem incidir sobre: 1. Os recursos financeiros que devem ser ampliados substantivamente e de forma imediata, colocando a educação num novo e elevado patamar na hierarquia das prioridades políticas do país; 2. A infraestrutura dos estabelecimentos de ensino, assegurando-se as condições satisfatórias de seu funcionamento; 3. As condições de trabalho e de salário dos docentes tornando o magistério uma profissão compatível com seu alto valor social.

MFBA: O que é preciso para o país consolidar um sistema nacional de educação de qualidade? Quais os principais obstáculos a serem superados?

PDS: Para consolidar um sistema nacional de educação de qualidade é necessário superar os principais obstáculos que podem ser resumidos em duas modalidades: 1. Os obstáculos de ordem financeira, representados pela histórica resistência de nossas elites econômicas e políticas em investir na manutenção da educação pública; 2. Os de natureza política, expressos na descontinuidade das políticas educacionais, o que impede que se imprima uma orientação orgânica e continuada à atividade educativa, exigência inerente ao próprio conceito de sistema nacional de educação. Em oposição simétrica a esses obstáculos deve-se, pois, tomar as seguintes medidas: 1. Investir fortemente em educação duplicando imediatamente o percentual do Produto Interno Bruto destinado à educação e envolvendo as três instâncias federativas (União, Estados e Municípios) na manutenção, em regime de colaboração, do sistema nacional de educação; 2. Romper com a lógica da descontinuidade, ordenando a política educativa em torno de um projeto de desenvolvimento da educação nacional de médio e longo prazo.

MFBA: Quais as perspectivas que poderemos ter para os próximos anos a partir da Conferência e do novo PNE?

PDS: Eu diria que são imponderáveis as perspectivas que deverão se abrir para a educação após a realização da CONAE. Com efeito, já assinalei os riscos que corremos de perder mais essa oportunidade de chegarmos a implantar um sistema

nacional de educação. Além disso, 2010 é ano de eleições gerais que envolvem mudanças nos governos da República e dos Estados, além da renovação da Câmara e do Senado. Isso interfere no cronograma educacional e na própria realização da CONAE, além de nos colocar uma interrogação

sobre os rumos que o país tomará a partir de 2011. Minha expectativa, que acredito seja a da imensa maioria dos educadores e da população brasileira, é a de que consigamos implementar as duas medidas propostas na questão anterior vencendo, em consequência, os obstáculos apontados.

